

# **POR UMA SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL SOCIALMENTE CONSTITUÍDA: O CASO DA MARCAÇÃO INCLUSIVA DE GÊNERO**

**POR UNA SOCIOLINGÜÍSTICA EDUCATIVA SOCIALMENTE CONSTITUIDA: EL CASO DE  
LA MARCA INCLUSIVA DE GÉNERO**

**TOWARDS A SOCIALLY CONSTITUTED EDUCATIONAL SOCIOLINGUISTICS: THE CASE OF  
INCLUSIVE GENDER MARKING**

**Carla Regina Martins Paza\***

**Edair Maria Görski\*\***

Universidade Federal de Santa Catarina

**RESUMO:** Com base na proposta de Bell (2016) de que a Sociolinguística do século XXI precisa ser socialmente constituída e tendo em vista a formação do sujeito-cidadão, bem como a concepção de língua como meio de expressão de (inter)subjetividades e de construção e projeção de identidades, os objetivos deste artigo são: i) esboçar um breve perfil da juventude na sociedade contemporânea atual; ii) contribuir para ampliar a bagagem teórico-conceitual do professor com reflexões atuais sobre o significado socioestilístico e identitário de formas linguísticas em variação e suas implicações; e iii) ilustrar a discussão com uma proposta didática envolvendo a marcação inclusiva de gênero. Espera-se mostrar como a Sociolinguística pode colaborar com a construção de espaços de mudança social a partir do ensino e aprendizagem da língua, especialmente pelo reconhecimento de que os significados socioestilísticos e as identidades são dinâmicos e multicamadas, ideologicamente atravessados e dialogicamente construídos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Justiça sociolinguística. Significados socioestilísticos. Identidades. Ensino.

**RESUMEN:** Partiendo de la propuesta de Bell (2016) de que la Sociolinguística del siglo XXI necesita constituirse socialmente y con vistas a la formación del sujeto-ciudadano, así como la concepción del lenguaje como medio de expresión de (inter)subjetividades y de construcción y proyección de identidades, los objetivos de este trabajo son: i) esbozar un breve perfil de la juventud en la sociedad contemporánea actual; ii) contribuir a ampliar la formación teórico-conceptual del docente con reflexiones actuales sobre el significado socioestilístico e identitario de las diversas formas lingüísticas y sus implicaciones; y iii) ilustrar la discusión con una propuesta didáctica que involucre una expresión inclusiva de género. Se espera mostrar cómo la sociolinguística puede colaborar con la construcción de espacios para el cambio social a través de la enseñanza y el aprendizaje de lenguas, especialmente a través del

\* Doutora em Linguística (UFSC), professora do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, do Programa de Mestrado Profissional em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: carlapaza10@gmail.com.

\*\* Doutora em Linguística (UFRJ), professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: edagorski@hotmail.com.

reconocimiento de que los significados e identidades socioestilísticos son dinámicos y multicapa, ideológicamente cruzados y construidos dialógicamente.

PALABRAS CLAVE: Justicia sociolingüística. Significados socioestilísticos. Identidades. Enseñanza.

ABSTRACT: Based on Bell's (2016) proposal that 21st century Sociolinguistics needs to be socially constituted and taking into account the formation of the subject-citizen as well as the conception of language as a means of expressing (inter)subjectivities and constructing and projecting identities, the goals of this paper are: i) to sketch a brief profile of youth in current contemporary society; ii) contribute to expanding the teacher's theoretical-conceptual background with current reflections on the socio-stylistic and identity meaning of linguistic forms in variation and their implications; and iii) to illustrate the discussion with a didactic proposal involving inclusive gender marking. It is expected to show how Sociolinguistics can collaborate with the construction of spaces for social change through language teaching and learning, especially through the recognition that socio-stylistic meanings and identities are dynamic and multilayered, ideologically crossed and dialogically constructed.

KEYWORDS: Sociolinguistic justice. Socio-stylistic meanings. Identities. Teaching.

## 1 INTRODUÇÃO

A Sociolinguística nasce conectada a demandas sociais e, além de buscar descrever padrões de variação e mudança, considerando a linguagem em seu contexto social (microssociolinguística), e de buscar entender o que as sociedades fazem com suas línguas, considerando a interpretação social da linguagem (macrossociolinguística) (Severo; Görski, 2023), mostra-se preocupada em promover justiça social através do ensino da língua. Pesquisadores como Ralph Fasold, Walter Wolfram, Joan Baratz, Roger Shuy e William Labov, dentre outros, direcionavam a atenção, no final da década de 1960, para as dificuldades de aprendizado do inglês, acreditando que diferenças dialetais seriam causadoras do fracasso escolar (Bortoni-Ricardo, 2005). Na obra *Language in the inner city*, Labov (1972) explora a sistematicidade do Ebonics – à época chamado de BEV (*Black English Vernacular*) –, desafiando, no capítulo “The logic of Nonstandard English”, educadores e psicólogos que atribuíam déficit cultural e linguístico às crianças das escolas dos guetos. O estudo evidencia que havia considerável distância entre o inglês ensinado nas escolas e o vernáculo que as crianças afro-americanas traziam de seus núcleos familiares e comunitários e que seus problemas de aprendizado estavam relacionados ao desconhecimento: i) por parte das crianças, das normas do inglês ensinado na escola; ii) por parte dos educadores, da sistematicidade e das normas da variedade linguisticamente legítima usada pelas crianças<sup>1</sup>.

Desde então, as conexões entre a Sociolinguística e a Educação vêm sendo estreitadas, apesar da cruzada normatizadora brasileira que teima em desconsiderar a heterogeneidade como parte do sistema linguístico e apagar nossa realidade multicultural e plurilingüística. Mais de meio século depois dos trabalhos seminais, coloca-se a seguinte questão: *Qual a relevância da lente sociolinguística em sala de aula e como pode contribuir para o ensino e aprendizagem da língua e para a construção de espaços de mudança social?*

A ideia central da Sociolinguística, especialmente da vertente variacionista, pode ser resumida na seguinte premissa: a língua é um sistema heterogêneo cuja estrutura está correlacionada com a estrutura social. Estão implicadas aí, direta ou indiretamente, as noções de historicidade e cultura (a língua é histórica e culturalmente situada), de sujeitos (falante/escrevente e ouvinte/leitor dão dinamismo à língua na interação), de variação/mudança (diastrática, diatópica, diafásica, diageracional/diacrônica, diamésica – que ocorre nos diferentes níveis linguísticos). Cada uma dessas noções abriga um feixe conceptual de elementos que se sobrepõem e se entrecruzam em diferentes dimensões. As variantes linguísticas, por exemplo, são condicionadas por fatores de natureza distinta, linguísticos e extralingüísticos; portam significado socioestilístico, estando sujeitas à avaliação dos falantes; fazem parte da construção identitária dos sujeitos e de grupos sociais/comunidades; estão envolvidas nas diferentes concepções de norma; são

<sup>1</sup> Labov (Justice, 2020) retoma esse assunto em *live* na Abralin ao falar sobre “justiça como uma questão linguística”, defendendo que a análise quantitativa de estruturas linguísticas de dialetos não padrão pode não só corrigir “visões injustas de limitações linguísticas”, mas também ajudar a entender questões relacionadas à identidade linguística.

encaixadas numa matriz cultural e ideológica. Por extensão, pensar em Sociolinguística Educacional implica considerar um amplo espectro de situações e, buscando afunilar esse espectro, consideramos que

i) os avanços de natureza epistemológica e metodológica na área de Sociolinguística Variacionista, notadamente no que tange a aspectos socioestilísticos e identitários – que extrapolam a variação regional e a visão polarizada de padrão e não padrão, de formal e informal, de prestígio e estigma –, têm tido ainda tímida repercussão em termos de uma pedagogia da variação, que continua fortemente voltada para o respeito à diversidade e o combate ao preconceito linguístico, com foco no ensino da norma culta e na adequação de registros; ii) é possível e desejável transpor para a esfera de formação de professores [também] as discussões mais recentes acerca de variação linguística, dando um lugar de destaque para o caráter agentivo do indivíduo e suas práticas sociais em grupos mais localizados, na comunidade imediata e em esferas mais amplas, contemplando questões identitárias e sua correlação com a língua em uso. (Görski; Valle, 2019, p. 114).

Com isso em mente, elegemos como fio condutor de nossas reflexões neste artigo os seguintes tópicos teórico-conceituais e aplicados: i) a língua como meio de expressão de (inter)subjetividades e “de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem” (Brasil, 2017, p. 85); ii) a variação linguística como indexicalizadora de significados sociais multicamadas (Kiesling, 2013; Eckert, 2016, 2018); iii) a ideia de “justiça sociolinguística” presente na valorização e legitimação de variedades linguísticas e no acesso a variedades politicamente empoderadas, bem como o reconhecimento da experiência linguística de todos os falantes (Bucholtz; Casillas; Lee, 2016).

Tendo como horizonte a formação do sujeito-cidadão, o objetivo central deste texto é colocar foco no componente social da Sociolinguística Educacional, enfatizando a necessidade de um trabalho pedagógico cotidiano nessa perspectiva. Este objetivo tem os seguintes desdobramentos: i) esboçar um breve perfil da juventude da sociedade contemporânea atual (especialmente estudantes de Letras e alunos da Educação Básica) – tópico da Seção 2; ii) contribuir para ampliar a bagagem teórico-conceitual do professor com reflexões atuais sobre o significado socioestilístico e identitário de formas linguísticas em variação e suas implicações – tópico das Seções 3 e 4; e iii) ilustrar a discussão com uma proposta didática envolvendo a marcação inclusiva de gênero – tópico da Seção 5.

## 2 QUE JUVENTUDE É ESSA?

Apesar do vasto conhecimento acumulado sobre a realidade linguística brasileira (cf. Martins; Abraçado, 2015; Savedra; Martins; Hora, 2015; entre outros) e do fortalecimento de uma pedagogia da variação (cf. Martins; Tavares, 2013; Zilles; Faraco, 2015; Martins; Vieira; Tavares, 2016; Vieira, 2018; entre outros), pouco se tem discutido sobre o cenário social da juventude brasileira nos tempos atuais e sobre como isso pode afetar, e realmente deveria, o campo da Sociolinguística e seu compromisso com a esfera escolar. Uma indagação que se coloca é: Em que medida interessa ao campo o componente social e um diálogo com a Sociologia e as Ciências Sociais? Nesse sentido, Coupland (2016), sugerindo que se trabalhe com uma concepção de *mudança sociolinguística*, alerta para o fato de que não podemos agir como se as mudanças linguísticas ocorressem em estruturas sociais fixas e que perdurem ao longo do tempo, como se fatores sociais e culturais (forças motrizes das mudanças) não mudassem também. O pesquisador propõe que sociolinguistas deveriam se comportar como teóricos sociais, questionando constantemente:

[...] “como as coisas são agora” [...] Como está o mundo social da linguagem e o uso da linguagem aqui e agora em oposição ao que já foi, e como isso vem mudando? A linguagem está assumindo uma importância nova, mais ou menos significativa em instâncias específicas? A vida social está mudando em virtude de novas orientações e novos usos da linguagem? (Coupland, 2016, p. 435).<sup>2</sup>

<sup>2</sup> As traduções ao longo do texto são livres e de responsabilidade nossa. No original: “[...] ‘how things are now’ [...] How does the social world of language and language use stand now, here as opposed to there, and how is it changing? Is language taking on new, more, or less significance in particular respects? Is social life changing by virtue of new orientations to, and new uses of, language?”

Se, na sociedade das décadas de 1960 e 1970, as categorias sociais apresentavam-se mais estáveis e os indivíduos tinham menor mobilidade (física, virtual, social), a partir da pós-modernidade, há uma espécie de fragmentação das “[...] paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (Hall, 2005, p. 9). Ademais, há a compreensão de que os agrupamentos sociais são baseados em opções mutáveis, havendo mais espaço para o comportamento agentivo dos sujeitos diante de estilos e produtos culturais com os quais se engajam (Bauman, 2003; Hall, 2005; Rampton, 2006).

Novas formas de trabalho podem implicar *mudanças sociais* – em que, por exemplo, novas relações entre empregador e empregado são estabelecidas, promovendo mais desigualdades<sup>3</sup> – e *línguísticas* – no sentido de que novas formas e estilos podem ser valorados. Do mesmo modo, novas dinâmicas de mobilidade, não somente demográfica e espacial, mas também a mobilidade global de práticas econômicas, normas culturais, estilos de vida e valores, implicam a necessidade de deslocar o olhar da diversidade para a *superdiversidade*. Além disso, as mídias, a midiatização e as trocas e o consumo mediados eletronicamente assumem papel central em nossos tempos, levando a importantes mudanças sociolinguísticas, que ainda carecem de investigação e que têm alterado o comportamento passivo de ver e consumir produtos midiáticos para o lugar agentivo de produzir os próprios conteúdos, dando voz aos antes silenciados (Coupland, 2016). Diante das expressivas mudanças citadas, o questionamento que interessa no momento é: Como se movimenta, nesse novo cenário, a juventude que se faz presente tanto na Educação Básica quanto nos Cursos de Graduação (no caso específico, Letras)?

Vandenberge (2014), do ponto de vista da modernidade tardia, considera juventude em termos de categoria social, cobrindo um período de transição (hoje bastante alargado) estendido desde a infância até a vida adulta, quando o indivíduo é inserido no mercado de trabalho e, via de regra, sai da casa dos pais, tornando-se mais independente da família. Para o autor, até a década de 1970 havia marcadores de gênero e classe mais estáveis entre as populações juvenis, contudo, nas últimas décadas, temos vivido mudanças culturais e no mercado de trabalho que têm impactado a vida dos jovens e as estruturas conhecidas. Em crítica à visão pós-moderna de que, em teoria, os indivíduos estariam mais livres das estruturas culturais como religião, tradição, moralidade, podendo reflexivamente fazer escolhas sobre seus estilos de vida, Vandenberge (2014, p. 301) ressalta que “[...] na prática, contudo, reflexividade permanece ostensivamente uma prerrogativa exclusiva de pessoas jovens, homens, brancos e membros da classe média”.

Bell (2016), no texto *Succeeding waves: seeking sociolinguistics theory for the twenty-first century*<sup>4</sup>, ressalta que a *dialética entre estrutura e agência*, ainda que foco de debates intensos nas teorias sociais, merece centralidade na Sociolinguística, já que “[m]esmo no meio mais regimentado, há espaço para a agência humana criar algo novo. [...] seres humanos e Sociedade, então, são simultaneamente livres e acorrentados” (Bell, 2016, p. 399)<sup>5</sup>.

Na sociedade brasileira, em que as desigualdades sociais são imensas e limitam o espaço da agência, movimentos coletivos como, por exemplo, a ocupação das escolas públicas de São Paulo, em 2015, estendidos para todo o país, podem configurar-se como espaços de engajamento e agência. Nesse sentido, diferentemente dos movimentos operários do passado, Vandenberge (2014) ressalta que, entre os Novos Movimentos Sociais, aqueles liderados pela população juvenil colocam o posicionamento político como pano de fundo, sendo prioritariamente culturais e sociais. Em suas agendas, segundo o autor, estão contempladas questões relacionadas à vida pessoal (sexualidade, etnia, ecologia); à democratização das estruturas da vida cotidiana; ao interesse por formas expressivas de comunicação e pela defesa da integridade do mundo e da vida. A partir disso, “[...] eles objetivam produzir mudança social através da mudança de valores, desenvolvendo, portanto, novos estilos de vida e mudando as identidades dos papéis sociais” (Vandenberge, 2014, p. 306).

<sup>3</sup> Para uma discussão sobre trabalho e capital, ver Vandenberge (2014).

<sup>4</sup> Ondas sucessivas: em busca da teoria sociolinguística para o século XXI.

<sup>5</sup> No original: “Even in the most regimented milieu, there is room for human agency to create something new. [...] Humans and Society, then, are simultaneously both free and fettered”.

Pretendendo aqui não mais do que apontar alguns aspectos relevantes a respeito da noção de juventude – temática complexa e que merece olhar mais cuidadoso e engajamento de sociolinguistas em pesquisas futuras –, o que importa ressaltar é que tanto os jovens estudantes da Educação Básica, quanto os jovens estudantes dos Cursos de Letras, futuros professores, vivem no tempo em que estão um pouco mais livres em relação às normas tradicionais do passado. Família, religião, status, classe, nação, são noções atualmente escorregadias e contestadas e muitos desses jovens que hoje ocupam bancos escolares e universitários, obviamente nem todos, estão mais críticos e engajados em relação às gerações que os antecederam, posicionando-se sobre questões étnicas, relações de gênero, responsabilidade ambiental, possibilidades outras de organização familiar e de relações afetivas. Cabe, portanto, problematizar: *Como a Sociolinguística e, de modo ainda mais específico, como a Sociolinguística Educacional pode se reorientar e contribuir no atual cenário?*

### 3 A SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL SOCIALMENTE CONSTITUÍDA E A BAGAGEM DO PROFESSOR

Organizamos esta seção atentas a orientações e normas de documentos oficiais que parametrizam o ensino de Língua Portuguesa (LP) e à formação de professores, tendo em vista demandas de caráter social que envolvem o ensino e aprendizagem de LP. Se observarmos as grades curriculares, notamos que nem todos os cursos de licenciatura em Letras oferecem a disciplina de Sociolinguística. Muitas vezes, conteúdos sociolinguísticos são abordados como uma unidade de outras disciplinas, ou como disciplina optativa, ocupando um espaço aquém do desejável nos currículos. Cursos de formação continuada e de atualização podem, em parte, complementar esses conteúdos com foco em práticas pedagógicas, mas têm alcance limitado. O acesso a produções científicas (teses, dissertações e artigos) não é facilitado em face do caráter acadêmico desses materiais que acabam com circulação restrita e da escassa divulgação e visibilidade desses estudos em termos de popularização da ciência.

Em vista disso, os tópicos que costumam estar mais presentes na escola ao se evocar a Sociolinguística são relacionados a uma visão polarizada de norma-padrão e não padrão (ou popular), variedades regionais notadamente no nível lexical, registro associado a níveis de formalidade e preconceito – não obstante os documentos oficiais (PCN e BNCC) já terem avançado em relação a essa visão relativamente restrita da diversidade linguística. Ainda em termos gerais, a questão do significado social costuma ser associada apenas a avaliações de prestígio ou estigma, não sendo incomum encontrar-se, tanto no meio escolar como no meio social mais amplo, valorações estereotipadas como “certo” e “errado”, “bonito” e “feio” atribuídas a usos linguísticos variáveis, dicotomicamente vinculados a norma-padrão ou não padrão, o que respinga em atitudes preconceituosas em relação a certas formas linguísticas e seus usuários. Além da questão do preconceito, contudo, é importante considerar que, mais recentemente, tem se defendido a ideia de *respeito linguístico*, entendido, segundo Scherre, como “[...] convivência harmoniosa entre as diferentes formas de falar, seja no plano das diferenças entre as línguas, seja no plano das diferenças entre as variedades no interior de uma mesma língua. As diferenças linguísticas, em qualquer plano, incluindo o social, caracterizam grupos de falantes e são *mecanismos identitários*” (Respeito, 2020, grifo acrescido).

Note-se que a distinção entre preconceito e respeito linguístico pode parecer insignificante, a princípio. A segunda noção, porém, vai além da valoração na chave prestígio-estigma, dando destaque para os mecanismos identitários que caracterizam grupos de falantes.

Ademais, estudos têm mostrado que os livros didáticos em geral abordam a variação linguística como um conteúdo de uma unidade específica (cf. Baronas, 2014; entre outros). O trabalho em sala de aula, no entanto, não pode estar restrito a um capítulo conceitual do livro didático sobre variação, já que o olhar sociolinguístico deve permear toda a prática docente e não há material didático disponível que dê conta disso. A esperança de mudança de comportamento em face à temática aqui abordada parece estar, portanto, na formação do professor.

Diante das necessidades apontadas, cabe considerar que olhar sociolinguístico deve estar em pauta. Retomando o que Hymes já indicava como relevante em 1974 – “a linguagem é inherentemente social e a sociedade é inherentemente linguística”<sup>6</sup> –, Bell (2016)

<sup>6</sup> No original: “language is inherently social and society is inherently linguistic”.

considera que a Sociolinguística do século XXI precisa ser socialmente constituída. Sob esse viés, entende-se que a dimensão social deva ganhar o devido espaço integrada com a linguística, propondo-se engajamento explícito e consciente com teorias sociais já assentadas na Sociologia, assim como propõe Coupland (2016)<sup>7</sup>.

Mais especificamente, uma *Sociolinguística socialmente constituída*: i) é engajada, crítica, intervencionista e defende a igualdade linguística; ii) lida com dados de todo o mundo real, considerando também os meios digitais e conteúdos produzidos em contextos periféricos; iii) do mesmo modo como lida com questões teóricas e de interesse linguístico, também lida com questões de interesse social; iv) entende a linguagem como socialmente constituída e tem a interação como material básico; v) entende que a sociedade é linguisticamente constituída em grau considerável, o que se evidencia via ideologias linguísticas; vi) é essencialmente dialógica (nos termos de Bakhtin), considerando os ouvintes, o público e os falantes (Bell, 2016).

Dando um passo adiante, propomos que, acompanhando a atualização da agenda de trabalho da Sociolinguística para este século, também atualizemos o diálogo entre esse campo de estudo e a sala de aula. Sugerimos, portanto, considerar que o trabalho na esfera escolar deve ser pautado por uma *Sociolinguística Educacional Socialmente Constituída*. Isso significa que – para além da relevância da Sociolinguística para lidar cotidianamente com a diversidade presente em sala de aula e com a realidade linguística variável e em mudança que se apresenta em diversos fenômenos gramaticais do português do Brasil (PB) – também precisamos, permanentemente, preparar nossos docentes para o trabalho conectado com as demandas da sociedade atual, principalmente de nossa juventude da Educação Básica.

Se considerarmos, como proposto por Vandenberghe (2014), que os espaços para a agência não são tão democráticos quanto se prega em teoria, a lente da *Sociolinguística Educacional Socialmente Constituída* é essencial, em especial na escola pública, uma vez que contribui para a formação integral de sujeitos que não somente percebam as relações entre língua e sociedade, mas que também possam, via linguagem, agir reflexivamente para a promoção de mudanças sociais efetivas. É tempo de voltar mais intensamente nossa atenção para os significados sociais das formas linguísticas e o que podem revelar a respeito da sociedade em que vivemos e dos movimentos sociais de nossos tempos. Se ser agentivo é para quem pode e não para quem quer, o papel do professor de Língua Portuguesa formado sob essa perspectiva deve ser o de contribuir para corrigir desigualdades, abrindo espaços para que o aluno tenha voz e vez. Nesse sentido, a noção de *justiça sociolinguística* (Bucholtz; Casillas; Lee, 2016) é relevante: respeitam-se as experiências e o vernáculo do aluno e possibilita-se o acesso a variedades que circulam nas esferas de poder, viabilizando leitura reflexiva e crítica da língua e do mundo.

Em última análise, o que se espera do trabalho que parte de uma *Sociolinguística Educacional Socialmente Constituída* é a formação do estudante cidadão, que seja perspicaz no uso das formas linguísticas em variação, que perceba e saiba jogar com a diversidade de significados sociais de forma consciente e engajada e que possa lidar com a diversidade estilística constitutiva de diferentes gêneros textuais. Para além de proporcionar acesso a variedades politicamente empoderadas, nessa perspectiva interessa promover espaços de agência para que os sujeitos possam também fazer valer seu vernáculo e os falares dos grupos sociais com os quais interagem, almejando vislumbrar mudanças, não só linguísticas, mas também nas regras do jogo social.

Isso posto, sintetizamos no Quadro 1 um conjunto de conhecimentos sociolinguísticos e de posturas tidos como indispensáveis à bagagem do professor de Língua Portuguesa (formado e em formação) e que devem, em alguma medida, estar presentes no dia a dia das práticas pedagógicas. Trata-se de uma “nova bagagem” no sentido de que adiciona novos itens a um conjunto já proposto.

<sup>7</sup> Note-se que a constituição da Sociolinguística na década de 1960, nos Estados Unidos, deu-se de modo interdisciplinar, numa série de eventos acadêmicos que agregavam três áreas – a dialetologia, a antropologia e a sociologia –, e com a ideia inicial de que essas áreas deveriam ser fundidas (Shuy, 2003). Como se sabe, tal fusão não aconteceu e cada área seguiu seu próprio curso. O que Bell (2016) e Coupland (2016) estão propondo contempla, de certa maneira, a crítica de Fishman (1991) de que o sócio do empreendimento sociolinguístico – mais especificamente relacionado a sociológico – foi deixado de lado ao longo do tempo. Em estudos mais recentes, procura-se trilhar caminhos interdisciplinares, especialmente buscando uma aproximação da Sociolinguística com a Antropologia e a Sociologia.

- i) assumir uma concepção de língua como sistema heterogêneo, historicamente situado;
- ii) reconhecer que as variantes linguísticas portam significado social e que a avaliação dos falantes acerca das formas interfere nos rumos de uma mudança;
- iii) reconhecer o papel da língua na identidade sociocultural de um grupo/ comunidade;
- iv) ter noção de norma(s) linguística(s) e da motivação política da escolha de uma “norma-padrão”;
- v) reconhecer fenômenos em variação e mudança no PB nos diferentes níveis linguísticos, na fala e na escrita, nas diferentes regiões, em diferentes épocas;
- vi) buscar entender as motivações linguísticas e/ou sociais da variação/ mudança que envolvem esses fenômenos;
- vii) *perceber usos linguísticos variáveis como marcas estilísticas, produzidas não só em virtude de automonitoramento (atenção à fala) e de acomodação à audiência, mas também como expressão de identidade pessoal e/ou de grupo;*
- viii) *reconhecer o significado social associado às formas em variação, a) não somente atrelado a macrocategorias sociais, mas também b) a valores construídos localmente em termos de afiliação a grupos, e c) à construção de personas;*
- ix) *entender as motivações históricas e sociais da variação e estar atento aos efeitos de usos variáveis, especialmente em relação a formas estigmatizadas;*
- x) *reconhecer que os significados sociais e as identidades são dinâmicos e multicamadas, ideologicamente atravessados e dialogicamente construídos;*
- xi) *considerar uma abordagem de Sociolinguística socialmente constituída, a) voltada ao mundo real, incluindo questões de interesse social, conteúdos produzidos em contextos periféricos e veiculados por diferentes meios; e b) engajada em defesa de justiça sociolinguística e em promoção de mudanças no cenário social.*

**Quadro 1:** Conhecimentos sociolinguísticos e posturas esperados dos agentes envolvidos no ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa no contexto brasileiro

**Fonte:** adaptado e expandido com base em Gorski e Freitag (2013) e Gorski e Valle (2019)<sup>8</sup>.

Todos os aspectos elencados no quadro são relevantes e colocam luz na questão da diversidade linguística e suas motivações históricas, nas normas e variedades linguísticas, no significado social e estilístico projetado pelas formas variantes, na avaliação social que envolve estigma e prestígio, posturas de preconceito ou de respeito, e que desvelam relações de poder. O foco de nossas reflexões neste artigo são os itens de *vii a xi*, que não excluem os anteriores mas são, de fato, permeados por eles.

Antes de abordarmos em termos práticos os pontos destacados, e com vistas a subsidiar conceitualmente a aplicação delineada adiante, julgamos pertinente contextualizar brevemente o modo como o significado social e estilístico tem sido tratado nos estudos sociolinguísticos variacionistas. Para fins didáticos, levamos em consideração as diferentes ondas ou fases que têm caracterizado os estudos acadêmicos da área. Ressaltamos, porém, que na prática analítica em âmbito escolar o que interessa é explorar as diferentes camadas do significado social, independentemente do alinhamento teórico-conceitual subjacente.

#### 4 O TRATAMENTO DO SIGNIFICADO SOCIAL E ESTILÍSTICO EM ESTUDOS DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Tomando como eixo o significado social e as práticas analíticas, Eckert (2012, 2016, 2018) sistematiza os estudos variacionistas em três ondas ou fases, em que as dimensões da variável sociolinguística – a linguística, a social e a estilística – (Hernández-Campoy, 2016) se ressignificam sustentadas em distintas concepções da relação língua/ indivíduo/ sociedade.

Os chamados estudos de primeira onda buscam identificar, mediante análises quantitativas probabilísticas, padrões sociolinguísticos regulares de uso na comunidade de fala, estabelecendo correlações entre variáveis linguísticas e macrocategorias sociais (classe/ escolaridade, sexo, faixa etária e etnia dos falantes). O comportamento linguístico do falante é visto como condicionado pelas categoriais macrossociais e o *significado social* – assim como a *identidade* – é depreendido da *estratificação social dos falantes*, sendo visto como relativamente fixo e sujeito à avaliação social dos membros da comunidade, que atribuem valores de prestígio e estigma a formas linguísticas em função de características sociais dos falantes. Pensemos, por exemplo, em casos de

<sup>8</sup> Os itens i a vi são extraídos de Gorski e Freitag (2013, p. 19-20); os itens destacados em itálico são de elaboração das autoras deste artigo, sendo que os itens de vii a ix são acrescentados por Gorski e Valle (2019, p. 108); e os itens x e xi são adicionados neste texto.

concordância verbal e nominal, como *os pescadô, nós compra*, que são frequentemente estigmatizadas. Formas como essas costumam ser associadas a falantes de baixa escolaridade e de nível socioeconômico baixo, recebendo assim uma valoração que é atravessada pelo perfil social de quem as produz. Estudos que se alinham com essa ótica consideram que *a estrutura/variação linguística reflete a estrutura social*. O significado estilístico, por sua vez, é atrelado a níveis de formalidade decorrentes de graus de atenção prestada à fala.

Os estudos de segunda onda, em termos gerais, buscam identificar a dinâmica local da variação em práticas sociais de grupos (redes sociais, comunidades de práticas)<sup>9</sup>, considerando o comportamento linguístico como condicionado pela interação das categorias locais, que envolvem certa agentividade dos falantes, com categorias sociais mais amplas. Nesse sentido, *a variação linguística reflete a interação entre categorias locais e a estrutura social*, com ênfase em categorias localmente identificadas. O significado estilístico é associado à identidade, sendo considerado como ato de afiliação a determinado grupo regional ou social (identidade local).

Um trabalho que costuma ser referido para exemplificar os estudos de segunda onda é a pesquisa etnográfica de Eckert (2000) realizada com adolescentes americanos de uma escola pública de subúrbio de Detroit/EUA. Nesse trabalho, os alunos, distribuídos em dois grupos com base em seus valores socioculturais (os *jocks* e os *burnouts*), eram acompanhados pela pesquisadora em atividades extracurriculares, tendo gravadas suas conversas que versavam sobre problemas escolares, problemas com amigos, amizades e inimizades, diversões, cigarro e bebida, entre outros temas. A autora investigou a produção variável do ditongo /ay/, verificando que as diferentes realizações expressavam *significados sociais distintos de acordo com os valores simbólicos de cada uma das comunidades de práticas* que constituíam os dois grupos (envolvendo culturas de classe e relação com normas institucionais, entre outros aspectos). As macrocategorias sociais concernentes, por exemplo, ao nível socioeconômico dos pais, mostraram-se menos significativas nesse caso, sendo a afiliação dos adolescentes às comunidades de práticas (localmente constituídas) a principal força motivadora dos usos linguísticos variáveis.

Com forte caráter interdisciplinar, os estudos de terceira onda operam com as noções de *sistema semiótico, prática estilística, sujeito agentivo, identidade/persona, postura, indexicalidade, distintividade, ideologia*, entre outras, as quais são mais ou menos acionadas em função dos fenômenos analisados. Como essas noções são as que estão mais em harmonia com a proposta de trabalho pedagógico defendida neste artigo, vamos dedicar um espaço maior a elas nesta seção. Estudos alinhados a essa perspectiva colocam foco na língua como “um sistema semiótico dinâmico” (Eckert, 2016, p. 13), não devendo ser vista separada da sociedade já que envolve estrutura e prática social. O conceito de sistema semiótico abriga uma noção mais ampla de *estilo* que diz respeito não apenas ao uso da língua, mas também a outros elementos constitutivos do sujeito como posturas, gestos, vestuário, certos gostos e interesses, entre outros, que funcionam como manifestações de estilos coocorrentes que expressam significados sociais. (Lacerda; Görski; Lima, 2023).

Nessa ótica, *a variação linguística não reflete categorias locais ou a estrutura social, mas (re)constrói o significado social*. Tais significados são (re)construídos nas *práticas estilísticas* dos falantes, que são concebidos como *sujeitos agentivos*<sup>10</sup>. As práticas estilísticas são o *locus* intersubjetivo onde os falantes (re)constroem, (re)interpretam e projetam *personas* (tipos sociais) e *identidades*, seja enquanto indivíduos seja enquanto membros de grupos sociais (Coupland, 2007; Kiesling, 2013). Nesse movimento semiótico, o sujeito se apropria de recursos do cenário social e recombina-os para criar um novo estilo, um *estilo distintivo* (Irvine, 2013; Eckert, 2018).<sup>11</sup>

<sup>9</sup> *Redes sociais* são redes de relacionamento dos indivíduos estabelecidas na vida cotidiana, podendo envolver graus de parentesco, amizade, ocupação etc. Uma análise sociolinguística baseada em redes sociais possibilita o estudo de pequenos grupos, como grupos étnicos minoritários, migrantes, populações rurais etc., favorecendo a identificação das dinâmicas sociais que motivam a mudança linguística (Milroy; Llamas, 2013). *Comunidades de práticas* são constituídas por grupos cujos integrantes se engajam em práticas compartilhadas: modos de fazer coisas, visões, valores, relações de poder, modos de falar. A comunidade de práticas é o *locus* principal no processo de construção linguística e identitária (Eckert, 2006).

<sup>10</sup> A respeito disso, porém, cabe mencionar que Vandenberghe (2014) problematiza a noção de agência, considerando que essa capacidade não é universal e não está desligada das estruturas sociais às quais os sujeitos são submetidos.

<sup>11</sup> Essa apropriação e recombinação de elementos pelo sujeito para (re)construir novos significados, estilos e identidades configura um processo conhecido como bicolagem (Hebdige, 1984).

Tanto as identidades como os significados sociais são multicamadas. As identidades envolvem diferentes níveis que se interconectam: i) de categorias macrossociais (sexo/gênero, faixa etária, classe social, etnia) e regionais; ii) de papéis institucionais e profissionais (papel de mãe, professora etc.); e iii) de posturas (ser amigável, autoritário, fraco etc.) (Kiesling, 2013). Nos termos de Drummond e Schleef (2016, p. 60-61), a identidade não é fixa, mas “algo que pode ser performado e negociado em toda sua fluidez e multiplicidade, momento a momento”<sup>12</sup>. Já as camadas de significado social são criadas pela atuação conjunta de elementos estilísticos (usos linguísticos, posturas, vestuário etc.) que indexicalizam diferentes significados sociais. A *indexicalidade*, segundo Drummond e Schleef (2016), corresponde à criação de links semióticos entre formas linguísticas e significados sociais. Como opera esse dinamismo indexical?

Tomemos como ilustração a clássica pesquisa de Labov realizada em 1963 na ilha de Martha’s Vineyard, Massachusetts/EUA, sobre a centralização da vogal nos ditongos /ay/ e /aw/ (Labov, 2008 [1972]). Com base em anotações de campo a partir de observações dos falantes em situações espontâneas (em lanchonetes, restaurantes, bares etc.), levantamentos documentais acerca da história social da ilha e entrevistas sistemáticas, Labov verificou que fatores sociais clássicos tipicamente controlados em estudos de primeira onda (sexo/gênero, faixa etária, nível socioeconômico, etnia) e a alternância de estilos contextuais nas entrevistas (relacionados a possíveis graus de formalidade) se mostraram menos significativos para explicar o fenômeno variável fonético-fonológico investigado por ele do que a identidade local. O estudo mostrou que a realização centralizada da vogal, especialmente pelo grupo de pescadores locais, indexicalizava: i) status nativo ilhéu, ou seja, “ser vineyardense” – identidade regional associada a local de moradia e a grupo social (perspectiva característica de segunda onda); e ii) um dado posicionamento dos moradores num conflito ideológico local que opunha a ilha ao continente, aos “de fora”, vistos de certa maneira como invasores, ou seja, “ser um tipo particular de vineyardense” – postura ideológica (perspectiva característica de terceira onda).

Em termos de indexicalidade, pode-se dizer que um dado grupo de falantes se destaca e um traço de sua fala (no caso, a variante centralizada do ditongo) se distingue e chama a atenção, vindo a indexicalizar *pertencimento* àquele grupo. Numa segunda instância, esse traço pode ser evocado para sinalizar também *posturas ideológicas*, estereótipos associados ao grupo etc. A repetição desse processo pode levar à *convencionalização* do novo signo, que fica disponível para outros movimentos indexicais e assim sucessivamente. No caso da centralização da vogal, uma vez que essa variante passa a ser associada a uma postura ideológica contra a incursão continental na ilha, ela se torna disponível por extensão – por exemplo, pessoas jovens poderiam tomá-la para indexicalizar uma *postura de oposição* em outra situação de controvérsia ou conflito (Eckert, 2016). Desse modo, a indexicalização de significados se dá em vários níveis e direções, estabelecendo um conjunto de significados correlacionados que constituem um *campo indexical*, definido como uma “[...] constelação de significados ideologicamente relacionados, os quais podem ser ativados nas situações de uso das variáveis” (Eckert, 2008, p. 454)<sup>13</sup>.

Esse movimento que envolve prática estilística, variação linguística, significado social, identidades/personas (tipos sociais) e cenário social é articuladamente integrado: é nas práticas estilísticas intersubjetivas que a variação atua na indexicalização de significados sociais e na modificação e emergência de tipos sociais; e, dialeticamente, a contínua (re)construção de tipos que passam a compor e modificar o cenário social também tem reflexos na variação (Eckert, 2016).

Com base nessa bagagem conceitual, na seção a seguir buscamos observar na prática movimentos não só de (re)construção de significados sociais e identidades multicamadas, mas também de criação de novas formas de expressão desses significados, tomando um fenômeno específico como ilustrativo.

<sup>12</sup> No original: “identity is seen as something that can be performed and negotiated in all its fluidity and multiplicity, moment by moment”.

<sup>13</sup> No original: “[...] constellation of ideologically related meanings, any one of which can be activated in the situated use of the variable.”

## 5 A CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO SOCIAL: O CASO DA MARCAÇÃO INCLUSIVA DE GÊNERO

Escolhemos para ilustrar a questão do significado social indexicalizado por formas linguísticas em variação e de identidades múltiplas, o caso do *masculino genérico* –, isto é, a utilização da forma grammatical masculina (sendo *-o* analisado como vogal temática) para fazer referência a homens e mulheres tomados em conjunto –, e da *marcação inclusiva de gênero*<sup>14</sup> – isto é, a utilização de uma forma alternativa que amplia o binarismo masculino/feminino e que busca um tratamento inclusivo. Trata-se de um tema bastante polêmico, que envolve gênero e sexualidade e que reflete uma mudança sociocultural. Tal mudança i) está fortemente relacionada a movimentos da comunidade LGBTQIA+, entre outros; e ii) diz respeito a questões como sexo biológico, orientação sexual, identidade de gênero e inclusão social<sup>15</sup>. Esses movimentos, que são de caráter identitário, defendem pautas importantes voltadas ao combate ao preconceito e à desconstrução de estereótipos, ao respeito à diversidade e à justiça social no sentido de diminuição de desigualdades. A língua, como prática social, é a arena onde se instauram esses conflitos e debates. No caso de variação linguística, se trata do que Eckert (2000) chama de “uso social da variação”, que é diferente da variação que reflete a influência de categorias macrossociais como etnia ou classe social. O fenômeno linguístico em questão envolve usos como:

- (1) Caros alunos.
- (2) Cares alunes.
- (3) Carxs alunxs.
- (4) Car@s alun@s.

Enquanto em (1) *-o* é considerado como expressão de masculino genérico no sentido de designar um conjunto de alunos e alunas, em (2) a (4), *-e*, *x* e *@* são formas de marcação inclusiva de gênero, podendo fazer referência, sem distinção, a todos os sujeitos. Defensores dessas formas, em geral, argumentam que o masculino genérico é uma marca sexista da língua; críticos desses usos, por sua vez, argumentam que o masculino genérico é uma forma morfologicamente não marcada quanto ao traço de sexo, estando bem estabelecida no sistema grammatical do português. Outras expressões alternativas de linguagem inclusiva são, por exemplo, *caros alunos* e *caras alunas*/*caras alunas* e *caros alunos*; *caro(a)s aluno(a)s/cara(o)s aluna(o)s* – formas de uso bastante frequente e que não costumam ser estigmatizadas. Ademais, Possenti (2022, p.30) pontua que, além das formas expressas de (2) a (4), outra opção possível para tornar o discurso mais inclusivo é “evitar palavras consideradas ‘masculinas’ em empregos universais, como ‘funcionário’ (substituídas por ‘pessoas que trabalham...’).”

Mäder e Severo (2016) consideram que no português a variável “marcação morfossintática de gênero” envolveria possivelmente três formas, além da variante padrão (masculino genérico), cujo uso seria associado a contextos discursivos específicos: i) construção coordenada do tipo “masculino e feminino” (como *senhores e senhoras*), comum em discursos políticos e ceremoniais; ii) construção morfologicamente marcada como um novo gênero grammatical, do tipo *lindes e menines*, de uso recorrente em grupos específicos, acadêmicos e militantes de gênero; e iii) uma variante do tipo *amigxs* ou *amig@s*, de uso escrito informal, sendo comum no contexto digital<sup>16</sup>.

Cabe notar que essa é uma discussão que envolve divergência de posicionamentos mesmo entre linguistas. Freitag (2022) salienta que o uso generalizado de formas como *todes* para neutralização de gênero se opõe ao direito daqueles que querem se sentir identificados por seu gênero e, nesse sentido, trocar o masculino genérico pelo neutro genérico configuraria apenas a troca de hegemonias e manteria a histórica marginalização das mulheres, que desde muito tempo lutam pela marcação do feminino.

<sup>14</sup> Termos como *linguagem neutra de gênero*, *morfologia de gênero neutro* e *gênero neutro* têm sido usados em referência a esse uso linguístico. Optamos por utilizar *marcação inclusiva de gênero*, já que consideramos que não há linguagem neutra (cf. Freitag, 2024). Contudo, algumas vezes o termo *gênero neutro* será mantido por ser mais difundido.

<sup>15</sup> A sigla LGBTQIA+ designa lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *queers*, intersexos e assexuais, com um sinal “+”, reconhecendo outras possíveis orientações sexuais e identidades de gênero.

<sup>16</sup> Vale pontuar que a questão do sexism na língua não é exclusiva do português, estando bastante presente e orientando políticas linguísticas em outras línguas, como é o caso do inglês, do francês e do sueco (cf. Mäder; Severo, 2016).

Buscando colocar em prática o que estamos tratando teoricamente, consideramos que as discussões sobre marcação inclusiva de gênero, que inundaram as redes sociais a partir do ano de 2020 e são pauta de interesse da juventude contemporânea, sendo trazidas como demanda de muitos estudantes em sala de aula, configuram-se como tema relevante a ser abordado pelo docente atento à perspectiva da *Sociolinguística Educacional Socialmente Constituída*. Tal temática, que aguça curiosidade natural de muitos jovens estudantes, envolve um fato linguístico que não deve ser ignorado, a despeito das polêmicas e tentativas de silenciamento de docentes que nos últimos anos têm ousado enfrentar o tema. Ademais, o fenômeno pode ser bastante produtivo para suscitar reflexões sobre prática estilística, identidade/persona, postura, significados sociais, ideologia, não somente restritas ao campo da linguagem, mas que envolvem diferentes semioses. Cabe ressaltar o caráter efêmero e dinâmico das discussões que ora se instauram em torno dessa questão, o que implica a atualização constante dos docentes e, muitas vezes, o próprio engajamento pessoal nas redes sociais que têm servido de palco para esse tipo de debate<sup>17</sup>.

Nesse sentido, entre os campos de atuação social propostos na BNCC para contextualizar as práticas de linguagem, encontra-se o campo jornalístico-midiático, mobilizado para que o jovem que chega no Ensino Médio possa basicamente

[...] compreender os fatos e circunstâncias principais relatados; perceber a impossibilidade de neutralidade absoluta no relato de fatos; adotar procedimentos básicos de checagem de veracidade de informação; identificar diferentes pontos de vista diante de questões polêmicas de relevância social; avaliar argumentos utilizados e posicionar-se em relação a eles de forma ética; identificar e denunciar discursos de ódio e que envolvam desrespeito aos Direitos Humanos; e produzir textos jornalísticos variados, tendo em vista seus contextos de produção e características dos gêneros. (Brasil, 2017, p. 502).

É relevante ressaltar que o referido documento de ensino reforça o espaço das redes sociais no campo jornalístico-midiático, considerando a necessidade de privilegiar gêneros complexos relacionados com a apuração e o relato de fatos e situações e com a opinião, envolvendo diferentes semioses.

Para ilustrar como essa temática poderia ser discutida em sala de aula, entendemos que, dentre os vários materiais produzidos sobre linguagem inclusiva, o trabalho desenvolvido a partir do gênero discursivo entrevista, que faz parte do campo jornalístico-midiático, pode ser bastante proveitoso. Nesse sentido, a entrevista publicada na revista *Época* (2020) intitulada *Os linguistas divergem sobre a necessidade de mudanças na língua portuguesa que possibilitem neutralizar o gênero gramatical*, com a participação dos professores Aldo Bizzocchi (USP) e Cristine Gorski Severo (UFSC), constitui-se como um potencial ponto de partida para discussões de caráter pedagógico. A entrevista é particularmente interessante por apresentar pontos de vista opostos em torno de várias questões sobre o tema, tais como: a implementação do uso da marcação inclusiva de gênero em instituições escolares, as variadas possibilidades de marcação inclusiva, o uso na fala, a relação entre marcação de gênero e machismo e a possibilidade de mudança social a partir de usos linguísticos mais inclusivos. No trecho a seguir, extraído da entrevista, fica evidente a divergência de opiniões entre os dois pesquisadores.

Do ponto de vista linguístico, essa discussão [sobre “gênero neutro”] faz sentido? A língua portuguesa é carregada de machismo?

[Aldo Bizzocchi] – Existe esse mito, que circula muito na internet, de que a língua portuguesa é machista. Bom, em primeiro lugar, se nós formos considerar que uma língua que tem gênero masculino e feminino e faz a neutralização dos dois no masculino é machista, então todas as línguas românicas são machistas. Mas isso é falso por várias razões. [...]

[Cristine Gorski Severo] – Desconstruir o masculino genérico é um movimento que tem acontecido não só na língua portuguesa, mas em muitas outras línguas indo-europeias que têm em sua estrutura essa flexão de gênero, que passou a ser entendida como machista. Essa mudança é uma resposta aos movimentos sociais, culturais e identitários relacionados a gênero e sexualidade. [...] (Bizzocchi; Severo, 2020, p. 35).

<sup>17</sup> Não estamos sugerindo aqui que seja necessário que os docentes tenham redes sociais, mas é fato que o conhecimento acerca do que é debatido nessas instâncias de comunicação, nas quais grande parte dos jovens estão engajados, pode contribuir significativamente para identificar temas frutíferos a serem discutidos em sala de aula.

A partir da leitura da entrevista, a turma poderia ser dividida entre aqueles que aderem mais a uma ou a outra postura e o docente poderia promover debate para ampliar a discussão, trazendo para a conversa as experiências e o conhecimento acumulado dos estudantes. Vale salientar que a polêmica linguística em pauta emerge de crenças e atitudes sociais a respeito de gênero/sexualidade, tema que mobiliza discussões acaloradas sobre identidade e que ocupa a agenda dos Novos Movimentos Sociais nos quais se engaja a juventude contemporânea.

Depois desse espaço para o diálogo, seria oportuno propor uma atividade para garimpar, nas redes sociais, os possíveis significados sociais vinculados ao uso da *marcação inclusiva de gênero*. A título de ilustração, em uma busca rápida, a partir das hashtags #gêneroneutro e #linguageminclusiva, nas plataformas Facebook e Instagram, encontramos vários posts sobre o tema, tais como o que ilustra a Figura 1.



**Figura 1:** Post sobre “gênero neutro”

**Fonte:** coleta anônima Facebook

Com base na leitura de alguns posts selecionados e dos comentários dos usuários a respeito deles, organizamos uma representação visual com os diferentes significados sociais indexicalizados nas duas plataformas, sem a preocupação de contabilizar ocorrências.



**Figura 2:** Significados indexicalizados a gênero neutro

**Fonte:** as autoras

Cabe notar que os significados selecionados são diversos e estão atrelados às ideologias daqueles que os explicitam. Grupos conservadores em relação a comportamentos e costumes tendem a acionar significados negativos como *mimimi*, *ideia de feminazi*, *coisa de maconheiro* ou *coisa de gay*, por exemplo; conservadores em relação à norma-padrão mencionam expressões como *atentado à língua*, *erro gramatical* e *desnecessário*, já que o masculino genérico daria conta da neutralidade; aqueles que defendem o uso do “gênero neutro” usam expressões como *diversidade*, *iniciativa simpática*, *igualdade de gêneros* ou *inclusão*; e há aqueles que acionam significados que atravessam o campo da política, tais como *comunista* e *língua de esquerdista*. Esse seria um tipo de atividade bastante oportuna a ser desenvolvida em turmas do Ensino Médio que estimularia o debate e levaria os estudantes a construírem seus próprios posicionamentos sobre um fato linguístico que ganha grande repercussão social.

Entendemos que discussões em torno desse tema são um campo privilegiado para colocar em prática os conhecimentos sociolinguísticos já apontados na Seção 3, na medida em que: o uso de formas como *alunes*, por exemplo, consiste em escolha estilística pautada não no automonitoramento quanto ao grau de formalidade, mas em aspectos identitários que envolvem a legitimação de um grupo social (item vii); o significado social atrelado a formas linguísticas usadas para expressar marcação inclusiva de gênero, para além de macrocategorias sociais, está ligado à construção de personagens por sujeitos trans, não binários, intersexuais e de gêneros não conformantes, e também à afiliação de indivíduos a esses grupos (item viii); a proposta de utilização de formas de marcação inclusiva de gênero está pautada em lutas sociais travadas ao longo de anos e implica a legitimação não somente das formas linguísticas em questão, mas dos próprios indivíduos que reivindicam direito ao uso dessas formas (item ix); se reconhece que os significados sociais relacionados a esses usos são múltiplos (*respeito a pessoas não binárias e trans*, *mimimi*, *maconheiro*, *comunista*, *simpatia pela diversidade*, *postura contra o machismo*, entre outros) e dinâmicos, atravessados pelas ideologias daqueles que, a partir de seu olhar sobre o mundo, indexicalizam determinados significados às formas (item x); se considera que a discussão sobre marcação inclusiva de gênero está relacionada com interesses atuais de grupos sociais marginalizados que lutam por justiça social e linguística, metas de uma sociolinguística socialmente constituída (item xi).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, focamos a atenção no que estamos chamando de *Sociolinguística Educacional Socialmente Constituída*, uma abordagem engajada em defesa de justiça sociolinguística, do respeito linguístico e em promoção de mudanças no cenário social, notadamente aquelas que envolvem algum tipo de discriminação e estigma. Tais questões demandam um olhar aprofundado para os significados sociais indexicalizados pelas formas linguísticas em variação, que são dialogicamente construídos e são atravessados por aspectos ideológicos, identitários e estilísticos, caracterizando-se como multicamadas.

Na esfera escolar, defendemos a necessidade de um trabalho pedagógico cotidiano nessa perspectiva, considerando não só o contexto sociocultural atual e o impacto das redes sociais, mas também o perfil dos jovens da sociedade atual, que ocupam os espaços escolares. Nesse sentido, tem um papel crucial a formação dos professores de Língua Portuguesa, o que inclui, ao lado de uma bagagem conceitual robusta, uma postura aberta e criativa para perceber e lidar com temas de interesse atual e conduzir importantes debates em sala de aula.

## REFERÊNCIAS

- BARONAS, J. E. de A. Variação linguística na escola: resultados de um projeto. *Revista da ABRALIN*, [S.I.], v. 13, n. 1, 2014. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1200>. Acesso em: 16 ago. 2023.
- BAUMAN, Z. *Intimations of postmodernity*. London: Routledge, 2003.
- BELL, A. Succeeding waves: Seeking sociolinguistics theory for the twenty-first century. In: COUPLAND, N. *Sociolinguistics: theoretical debates*. New York: Cambridge University Press, 2016.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós chegoumu na escola, e agora?: sociolinguística e educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base nacional comum curricular – Educação é a base*. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- BIZZOCCHI, A.; SEVERO, C. G. Os linguistas divergem sobre a necessidade de mudanças na língua portuguesa que possibilitem neutralizar o gênero gramatical. Entrevistadora: G. de Toledo. *Época*, 23/11/2020, p. 34-36. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/sociedade/linguistas-discutem-neutralizacao-do-genero-gramatical-1-24757293>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- BUCHOLTZ, M.; CASILLAS, D. I.; LEE, J. S. Beyond empowerment: Accompaniment and sociolinguistic justice in a youth research program. In: LAWSON, R.; SAYERS, D. (ed.) *Sociolinguistic research: application and impact*. New York: Routledge, 2016. p. 25-44.
- COUPLAND, N. Five Ms for sociolinguistic change. In: COUPLAND, N. *Sociolinguistics: theoretical debates*. New York: Cambridge University Press, 2016.
- COUPLAND, N. *Style: language variation and identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- DRUMMOND, R.; SCHLEEF, E. Identity in variationist sociolinguistics. In: PREECE, S. (ed.). *The Routledge handbook of language and identity*. New York: Routledge. 2016. p. 50-65.
- ECKERT, P. *Meaning and Linguistic Variation: The Third Wave in Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. Disponível em: [https://librarylinguistics.files.wordpress.com/2019/04/meaning\\_and\\_linguistic\\_variation.pdf](https://librarylinguistics.files.wordpress.com/2019/04/meaning_and_linguistic_variation.pdf) Acesso em: 10 mar. 2020.
- ECKERT, P. Third Wave Variationism. *Oxford Handbook Topics in Linguistics* (online edn, Oxford Academic, Feb. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/978019935345.013.27> Acesso em: 15 ago. 2023.
- ECKERT, P. Three waves of variation study: The emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual Review of Anthropology*, n. 41, p. 87-100, jun. 2012. Disponível em: <https://web.stanford.edu/~eckert/PDF/ThreeWaves.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

ECKERT, P. Variation and the indexical Field. *Journal of Sociolinguistics* v. 12, n. 4, p. 453-476, 2008.

ECKERT, P. Communities of practice. In: BROWN, K. (ed.). *Encyclopedia of language and linguistics*. 2 ed. Amsterdam: Elsevier, 2006. p. 683-685. Disponível em: <https://web.stanford.edu/~eckert/PDF/eckert2006.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

ECKERT, P. *Linguistic variation as social practice*: the linguistic construction of social meaning in Belten High. Oxford: Blackwell, 2000.

FISHMAN, J. Putting the 'socio' back into the sociolinguistic enterprise. *International Journal of the Sociology of Language*, v. 92, p. 127-138, 1991.

FREITAG, R. M. *Não existe linguagem neutra!*: gênero na sociedade e na gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2024.

FREITAG, R. M. Conflito de regras e dominância de gênero. In: BARBOSA FILHO, F.; OTHERO, G. (org.). *Linguagem "neutra"*: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola, 2022. p. 53-72.

GÖRSKI, E. M.; FREITAG, R. M. Ko. O papel da sociolinguística na formação dos professores de língua portuguesa com língua materna. In: MARTINS, M. A.; TAVARES, M. A. (org.). *Contribuições da sociolinguística e da linguística histórica para o ensino de língua portuguesa*. Natal, RN: EDUFRN, 2013. p. 11-52.

GÖRSKI, E. M.; VALLE, C. R. M. Reconfiguração da sociolinguística variacionista e repercussões para o ensino: questões estilísticas e identitárias. *Estudos linguísticos e literários*, Salvador, n. 63, 2019, p. 97-117. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/33766>. Acesso em: 16 ago. 2023.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HEBDIGE, D. *Subculture*: The meaning of style. New York: Methuen, 1984.

HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M. *Sociolinguistic styles*. Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell, 2016.

HYMES, D. *Foundations in Sociolinguistics*: An ethnographic approach. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1974.

IRVINE, J. "Style" as distinctiveness: the culture and ideology of linguistic differentiation. In: ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. (ed.). *Style and Sociolinguistic Variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 21-43.

JUSTICE as a Linguistic Matter. 2020. [S. l.: s. n.], 1 vídeo (66 min.) Publicado no canal da Abralin. Disponível em: <https://ao vivo.abralin.org/lives/william-labov/>. Acesso em: 30 set. 2023.

KIESLING, S. F. Constructing identity. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING, N. (ed.). *The handbook of language variation and change*. 2. ed. Cambridge: Blackwell, 2013. p. 448-467.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. de Marcos Bagno; Maria Marta P. Scherre; Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LABOV, W. *Language in the inner city*: Studies in the Black English Vernacular. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LACERDA, M. L.; GÖRSKI, E. M.; LIMA, S. M. M. Potencial analítico dos gêneros do discurso para os estudos variacionistas. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 18, n.3, p. 1-27, julho/set. 2023. DOI. <http://dx.doi.org/10.1590/2176-4573e60113> Acesso em: 10 nov. 2023.

MÄDER, G. R. C.; SEVERO, C. G. Sexismo e políticas linguísticas de gênero. In: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G.; GÖRSKI, E. M. (org.). *Sociolinguística e política linguística: olhares contemporâneos*. São Paulo: Blucher, 2016, p. 245-260. Disponível em: <https://www.blucher.com.br/livro/detalhes/sociolinguistica-e-politica-linguistica-1202>. Acesso em: 23 maio 2023.

MARTINS, M. A.; TAVARES, M. A. (org.) *Contribuições da Sociolinguística e da Linguística Histórica para o ensino de língua portuguesa*. Natal, RN: EDUFRN, 2013.

MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. (org.). *Ensino de Português e Sociolinguística*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 7-35.

MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. (org.). *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015.

MILROY, L.; LLAMAS, C. Social networks. In: CHAMBERS, J.K.; SCHILLING, N. (ed.) *The handbook of language variation and change*. 2 ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013. p. 409-427

POSSENTI, S. O gênero e o gênero. In: BARBOSA FILHO, F.; OTHERO, G. (org.) *Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate*. São Paulo: Parábola, 2022. p. 17-36.

RAMPTON, B. Continuidade e mudança nas visões de sociedade em linguística aplicada. In: MOITA LOPES, L. P. da. (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 109-128.

RESPEITO linguístico: contribuições da sociolinguística variacionista. 2020. [S. l.: s. n.], 1 vídeo (124 min.) Publicado no canal da Abralin. Disponível em: <https://ao vivo.abralin.org/lives/maria-marta-pereira-scherre/>. Acesso em: 30 set. 2023.

SAVEDRA, M. M. G.; MARTINS, M. A.; HORA, D. da. (org.). *Identidade social e contato linguístico no português brasileiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ; EDUERJ, 2015.

SEVERO, C.; GÖRSKI, E. M. Sociologia da linguagem e sua relação com a macro e a microssociolinguística. *Fórum Linguístico*, v. 20, p. 9755-9767, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8412.2023.e92717>. Acesso em: 11 abr. 2024.

SILVERSTEIN, M. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. *Language & Communication*, v. 23, p. 193-229, 2003. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0271530903000132>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SHUY, R. W. A brief history of American Sociolinguistics 1949-1989. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (ed.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Malden: Blackwell Publishing, 2003. p. 4-16.

VANDENBERGHE, F. Globalização e individualização na modernidade tardia. Uma introdução teórica à sociologia da juventude. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, v. 19, n. 1, p. 265-316, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2014v19n1p265> Acesso em: 23 maio 2023.

VIEIRA, S. R. (org.). *Gramática, variação e ensino: diagnose e propostas pedagógicas*. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Blucher, 2018. Disponível em: [https://www.blucher.com.br/gramatica-variacao-e-ensino-diagnose-e-propostas-pedagogicas\\_9788580393354](https://www.blucher.com.br/gramatica-variacao-e-ensino-diagnose-e-propostas-pedagogicas_9788580393354). Acesso em: 16 ago. 2023.

ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. (org.). *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola, 2015.



Recebido em 18/11/2023. Aceito em 13/04/2024.